

# Pesquisar com Michel Foucault

Pablo Severiano<sup>1</sup>

## Resumo

Este texto objetiva apresentar alguns princípios para pesquisar com Michel Foucault. Não se trata, entretanto, de apresentar regras de método bem pontuais e específicas, nem de investigar qualquer coisa como os “fundamentos teórico-metodológicos”. Apresento cinco princípios/orientações metodológicas e procuro desenvolver a relevância que possuem para a pesquisa feita sob inspiração do pensamento foucaultiano: a) a pesquisa elege seu objeto, mas não sabe o que é o seu objeto; b) a pesquisa não parte de pressupostos, mas parte os pressupostos; c) a pesquisa não está de antemão inscrita em “áreas”, mas ela produz novas territorialidades; d) a pesquisa deve romper com a forma-pesquisa; e) a pesquisa não descobre a verdade e a realidade, mas inventa verdades e realidades.

**Palavras-chaves:** Michel Foucault, pesquisa, orientações metodológicas

## Researching with Michel Foucault

### Abstract

This paper aims to present some methodological principles for researching with Michel Foucault. It is not, however, about presenting specific method rules, not about investigating anything like the "theoretical and methodological foundations. I present five principles / methodology guidelines and seek to develop the relevance they have to the research done under the inspiration of Foucault's thinking: a) research elects its object, but does not know what is its object; b) the research does not star from assumptions, but questions such assumptions; c) the research is not previously registered in "areas", but it produces new territorialities; d) the search must break with the research-shape; e) the research does not discover truth and reality, but invents truths and realities.

**Key-words:** Michel Foucault, research, methodological guidance

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho não é apresentar os resultados, os dados ou as conclusões de uma pesquisa já realizada. Também não é expor, de uma forma sistemática, os fundamentos teóricos, epistemológicos ou filosóficos do

---

1 Professor do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará - Setor de Estudos: Psicologia Social. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará - Linha de Pesquisa: Sujeito e Cultura na Sociedade Contemporânea. Coordenador do "diferenSa - grupo foucaultiano".

pensamento de Michel Foucault. Trata-se, pois, de um trabalho que não é nem uma *pesquisa empírica*, nem uma *investigação dos fundamentos*, mas algo diferente. De início, podemos entender este empreendimento como o apontamento de algumas *orientações metodológicas para a pesquisa com Michel Foucault*. Mas não se trata, aqui, de apresentar regras pontuais e nem prescrições bem específicas, tais como poderíamos encontrar em manuais que “facilitam” ou “auxiliam” a realização de pesquisas científicas e/ou acadêmicas. Contudo, esta exposição objetiva contribuir para a formação de estudantes de graduação e pós-graduação, bem como para docentes e pesquisadores, tanto no que diz respeito tanto à realização de pesquisas quanto ao processo educativo e de formação. Neste sentido, saliento o caráter pedagógico e formativo deste empreendimento, muito embora entenda por “pedagógico” e “formativo” algo inteiramente diferente de uma facilitação ou de uma padronização – o que consistem em atitudes que, por motivos que explicitarei no que se segue, vão na contramão do pensamento de Michel Foucault.

Assim, apresento agora cinco orientações metodológicas para a pesquisa com Michel Foucault que serão devidamente aprofundadas e esclarecidas no decorrer deste texto: 1) *A pesquisa elege seu objeto, mas não sabe o que é o seu objeto*; 2) *A pesquisa não parte de pressupostos, mas parte os pressupostos*; 3) *A pesquisa deve romper com a forma-pesquisa*; 4) *A pesquisa não está de antemão inscrita em “áreas”, mas ela produz novas territorialidades*; 5) *A pesquisa não descobre a verdade e a realidade, mas inventa verdades e realidades*. Caso consigamos tirar o peso, o caráter supostamente necessário e o semblante rígido do termo “princípio” – e caso, também, compreendamos que pesquisar *com* Michel Foucault é diferente de pesquisar *como* Michel Foucault – poderemos considerar que se tratam de cinco *princípios metodológicos para a pesquisa com Michel Foucault*.

Antes de passarmos a estes princípios, gostaria de fazer duas pequenas ressalvas que, acredito, são necessárias para que o leitor possa melhor acompanhar este texto. A primeira é que, para trabalharmos com Michel Foucault, é necessário que coloquemos em suspenso uma série de valores, de julgamentos ou de certezas que muitas vezes nos acompanham de uma forma insistente no decorrer de nossa formação, de nossas aulas, ou mesmo quando iniciamos a leitura de um texto. É necessário que nos coloquemos previamente numa posição de não-saber. Será, justamente, desse lugar do não-saber que poderemos nos abrir à novidade de um texto, de uma pesquisa, de um referencial teórico, de um modo de ver as coisas. Isso implica, inclusive, que

assumamos uma certa liberdade do que diz respeito às possíveis formas de acessar esse saber, aos possíveis caminhos que poderemos traçar na busca pelo saber e, ainda, às diferentes formas de enfrentar os obstáculos que se põem e se impõem em nosso per-curso. Dessa forma, *suspender as certezas*, colocar-se numa *posição de não-saber* e exercitar a *liberdade do pensamento* constituem condições intimamente interligadas entre si, condições essas que são de suma importância para pesquisarmos com Michel Foucault.

A outra ressalva que gostaria de assinalar diz respeito ao caráter sempre parcial, não-consensual e não-universal de nossas teorias, de nossas pesquisas e daquilo que se escreve em um texto. Se não é sempre que um texto consegue (con)vencer alguns outros, nunca um texto (con)vencerá todo mundo. Pesquisar com Michel Foucault é admitir que sempre existirão outras perspectivas, outros pontos de vista e outras formas de compreensão e ação. Mas não se trata somente de “admitir” isso como um fardo, como uma espécie de concessão de bom-grado, como exercício de uma tolerância intolerante, como um “infelizmente não podemos ser somente nós...”. Todavia, também não se trata de uma espécie de relativismo que diz: “todas as perspectivas são igualmente válidas, igualmente importantes, igualmente interessantes”. Isto tanto porque a pluralidade de referenciais teórico-metodológicos é algo importante para movimentar o saber e a pesquisa como porque esses processos estão imersos em relações de poder, de conflito, de dissensos e disputas. Dizer que as teorias, os saberes e as pesquisas estão imersos em relações de poder não significa nem invalidá-los, nem menosprezá-los e nem necessariamente denunciá-los. Caso nos coloquemos na esteira do pensamento de Michel Foucault, é importante compreendermos que onde há diferença, há relações de poder; e, também, compreender que as relações de poder não são sempre más, sempre injustas, sempre opressivas, mas assumem múltiplas formas. Assim, poderemos resumir da seguinte forma esta segunda ressalva: o saber é *perspectivo* (depende de um ponto de vista), *agonístico* (implica em relações de poder, de luta e de conflito) e *múltiplo* (não-passível de unificação).

Assim, a *suspensão das certezas como exercício do não-saber para o livre pensar* e a *compreensão do caráter perspectivo, agonístico e múltiplo do saber* constituem *atitudes* diante do saber e da pesquisa constantemente acionadas nas orientações metodológicas para a pesquisa com Michel Foucault, cuja exposição segue nas linhas posteriores.

## A PESQUISA ELEGE SEU OBJETO, MAS NÃO SABE O QUE É O SEU OBJETO

Para pesquisarmos sobre um determinado objeto é necessário, primeiramente, que não saibamos o que é este objeto. É preciso, portanto, tomar aquilo que será pesquisado como uma incógnita =  $x$ . Isto, diferentemente do que pode parecer de antemão, não é uma atitude fácil. Ao contrário, para nós muitas vezes é mais difícil fazermos o movimento de tentar desconhecer o objeto do que tentar conhecê-lo. Isso porque já iniciamos nossas pesquisas com uma série de crenças, de suposições, de valores, de pré-conceitos e de certezas que julgamos verdadeiros. Portanto, esse desconhecimento inicial – que também poderíamos chamar de estranhamento ou desfamiliarização – é fundamental para o início da pesquisa. É justamente este o procedimento utilizado por Foucault ao investigar temas como loucura, sexualidade, disciplinas, dentre outros.

Com outras palavras, trata-se de não partir de nenhum universal que diria: eis a loucura. Não se trata de partir de nenhuma posição humanista dizendo: eis o que é a natureza humana, eis o que é a essência humana, eis o que é a liberdade humana. É preciso tomar a loucura por um “ $x$ ” e se apossar da prática, da prática somente *como se não soubesse nada*, e fazer de tal modo sem nada saber sobre o que é a loucura (FOUCAULT, 2010, p. 63, *grifos meus*).

A pesquisa precisa proceder “como se não soubesse nada”. É justamente por esse motivo que cada movimento, cada deslocamento e cada passo da pesquisa devem ser escritos e expostos da forma mais minuciosa possível. Isto vale tanto para a execução como para a publicização da pesquisa. Tanto nós devemos desaprender ao máximo o que previamente sabemos (ou acreditamos saber) sobre o objeto de nossa pesquisa, como também teremos de pressupor que os outros nada sabem ou muito pouco sabem sobre aquilo que pesquisamos. A escrita da pesquisa deve ser como uma lanterna que ilumina, ponto a ponto e passo a passo, um fundo sem luz. Acompanhar o leitor no decurso do nosso texto é não somente uma escolha estilística, mas uma atitude fundamental para pesquisa e a exposição da pesquisa. O nosso não-saber e o não-saber dos outros deverá funcionar como uma exigência para que desenvolvamos, escrevamos e apresentemos nossas pesquisas da forma mais clara possível.

Entretanto, afirmar que a pesquisa deve proceder “como se nada soubesse” não significa afirmar que o não-saber se apresenta de forma imediata no início da pesquisa. É bastante raro que seja efetivamente uma interrogação o móvel inicial de uma pesquisa. O que faz alguém querer pesquisar alguma coisa é, em geral, uma forte convicção de que poucos conseguiram ver o que o pesquisador acredita conseguir ver. O problema em exigir que a pesquisa comece com uma pergunta – a chamada “pergunta de partida” – está no fato de que essa exigência frequentemente contraria o pensamento que move o pesquisador. A exigência em iniciar com a dúvida atrapalha a pesquisa porque obriga o pesquisador – diante de seu orientando, de seu supervisor, ou mesmo de seminários onde se apresentam os estágios iniciais de uma pesquisa – a fazer o semblante do ignorante, a transformar forçosamente em dúvida aquilo que em seu íntimo toma como certeza. Isto num processo semelhante àquele descrito por Nietzsche (1987): escondendo o objeto atrás da moita só para (re)encontrá-lo lá mesmo onde pôs. É assim que as regras metodológicas se opõem ao que frequentemente nos ocorre quando pensamos e pesquisamos, pois o que fazemos nessas ocasiões (em geral) não é sair de um estado de dúvida a um estado de certeza, mas sim deslocar-se lentamente daquilo que tomamos por evidente para o que passamos a tomar por problemático. O que vem primeiro não é a dúvida, mas a certeza - a dúvida é a dádiva que demora em devir.

Assim, expressões como “sabe-se que”, ou “todos sabemos que”, ou “como já sabemos” indicam precisamente os pontos de dormência de uma pesquisa que podem ser explorados. Essas expressões, por vezes singelas, automáticas e descompromissadas, introduzem sub-repticiamente a naturalização do saber que, por seu turno, constitui e marca a região do não-pesquisado e do não-pesquisável. A generalização indeterminada e totalizante do saber e da pesquisa (“sabe-se” = “todo mundo sabe”) só pode corresponder à anulação do saber e da pesquisa, pois “quando todo mundo sabe, ninguém sabe” (KOHAN, 2004, p.1).

Dessa forma, não temos primeiro a pesquisa e depois a crítica. A própria pesquisa – enquanto ato de problematizar o não-problemático, enquanto forma de pôr em questão o inquestionável, enquanto atividade de desaprender o que todo mundo sabe – é, ela mesma, uma atividade crítica. Não temos aqui essa sequência: a) primeiro a pesquisa como uma leitura neutra, objetiva e imparcial da realidade; b) em segundo lugar, após sua realização,

uma crítica, uma síntese, ou uma reflexão. Nada disto. Poderíamos, pois, dizer que a crítica e a pesquisa estão num mesmo plano, ocorrem em simultaneidade e são co-existentes – em uma palavra: a crítica e a pesquisa estão em uma relação de *imanência*.

A crítica consiste em desentocar o pensamento e em ensaiar a mudança; mostrar que as coisas não são tão evidentes quanto se crê, fazer de forma que isso que se aceita como vigente em si não o seja mais em si. Fazer crítica é tornar difíceis os gestos fáceis demais. Nessas condições, a crítica – e a crítica radical – é absolutamente indispensável para qualquer transformação. (FOUCAULT, 2011, p. 356).

Assim, na medida em que esse desconhecimento do objeto serve para que a pesquisa rompa com o que até então era evidente, pense o que até então era impensado e movimento o que até então estava paralisado, podemos afirmar que a própria pesquisa *já é* um ato de transformação. Transformação nos saberes, transformação nas práticas, transformação nas formas de compreensão e organização sociais, transformação na relação do pesquisador consigo mesmo e com os outros. Não há, pois, uma cisão entre atividade intelectual e a atividade militante. Se a pesquisa já é, nela mesma, uma atividade crítica, é possível afirmar igualmente que a pesquisa já é também, nela mesma, uma atividade de transformação.

## **A PESQUISA NÃO PARTE DE PRESSUPOSTOS, MAS PARTE OS PRESSUPOSTOS**

Aprendemos costumeiramente que todo saber, todo conhecimento e/ou toda pesquisa parte de pressupostos; e aprendemos, ainda, que fundamentar uma pesquisa consiste em enunciar os pressupostos que ela carrega e carregará. Isto implica em uma sobreposição da noção de *pressuposto* à noção de *fundamento* justamente na medida em que se assume que os pressupostos de nossa pesquisa consistem no fundamento de nossa pesquisa. Se formos mais adiante nesta forma de proceder, veremos, ainda, que o pressuposto, na condição de fundamento, consiste ainda naquilo que dá *legitimidade* a uma pesquisa. Trata-se, pois, de uma superposição tripla: o pressuposto, o fundamento e a legitimidade. Para pesquisarmos sob a inspiração do pensamento de Michel Foucault é necessário desfazer esse nó. Começemos, pois, analisando a noção de pressuposto.

Em *Diferença e Repetição*, Gilles Deleuze (2009), filósofo francês cujo pensamento converge em diversos aspectos com a perspectiva trazida por

Foucault, bem explicita que o problema dos pressupostos diz respeito ao problema dos inícios, dos começos, das introduções. Por onde começar um texto? Por onde acessar, de início, um problema de pesquisa? O que vem primeiro? Qual a primeira palavra, a primeira frase, o primeiro olhar, a primeira interrogação? Deleuze (2009), entretanto, vai dizer que a função dos pressupostos não é verdadeiramente *iniciar*, mas justamente *remeter o ato de iniciar ao já iniciado*. Quer dizer: reportar o novo pensamento ao já pensado e legitimar o novo pensamento mostrando um parentesco, uma proximidade ou uma semelhança com o que já foi dito e escrito. Quando começamos uma pesquisa apresentando os pressupostos dos quais partimos, o que fazemos é iniciar a partir de algo já iniciado e, frequentemente, fundar por sobre o já fundamentado e conhecer sob os códigos, os vocabulários e os signos do já conhecido. Pois partir de pressupostos não é criar novos inícios, novos planos e novos solos, mas se apoiar naqueles que já existem sem questioná-los.

Isto não quer dizer que uma pesquisa não opere com suposições, com suspeitas, com hipóteses. Ao contrário, o pré-suposto é algo muito diferente de uma suposição – ele é aquilo que, antecipando-se às suposições imanentes a toda e qualquer pesquisa, enterra e dissolve as hipóteses de pesquisa no corpo do texto. Com isso, a hipótese converte-se em certeza constrangida e em promessa velada. Quando não explicitadas, as suposições funcionam de forma implícita, fazendo com que toda a pesquisa cumplicie para o reencontro com a hipótese inicial nunca enunciada. Enunciar a suspeita de uma pesquisa é correr um risco. É justamente quando queremos evitar esse risco que acionamos os pressupostos e escondemos as suposições – o que, em diversas ocasiões, tem por efeito a produção de textos constrangidos, ou ambíguos, ou escorregadios, ou vagos, ou até mesmo desonestos do ponto de vista da relação entre o que se apresenta como singularidade e risco da pesquisa e o que se apresenta como apoio e referências de uma pesquisa.

Portanto, em relação ao primeiro princípio acerca da pesquisa com Michel Foucault, é necessário acrescentar que, se uma pesquisa deve proceder “como se” não soubesse nada, é impossível que uma pesquisa inicie sem nada saber. Mas este imperativo metodológico, aqui, não se opõe à imanência do pensamento: a exigência de agir “como se” não soubesse deve ter por efeito justamente a enunciação das suposições, seu aprofundamento e a condução do núcleo de certeza que inicia e move a pesquisa até um ponto de dúvida ou de estranhamento. Nisto consistirá o terreno específico dos espaços de orientação e supervisão das pesquisas: ele não há de constranger o pesquisador de enunciar suas hipóteses, aquilo que toma como certo, aquilo que acredita ser

óbvio – sua doce ilusão de ter conseguido acessar o tesouro na extremidade do arco-íris.

Em *A Ordem do Discurso* (FOUCAULT, 2011a), aparece justamente o problema dos começos e das formas de institucionalização dos começos. Até que ponto somos livres para começar um texto? O que nos constrange no momento em que tomamos a palavra? Que forças políticas, institucionais, burocráticas, etc. agem quando iniciamos uma pesquisa, uma dissertação de mestrado, uma tese de doutorado, ou mesmo uma apresentação de seminários em uma aula? N’*A Ordem do Discurso*, Foucault (2011a) chama atenção justamente à captura institucional do discurso: os mecanismos de controle, de hierarquização e de regulamentação do discurso.

A produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2011a, p. 8 e 9).

Portanto, o aspecto mais importante de uma pesquisa que tenha por inspiração (e não por fundamentação) o pensamento de Michel Foucault não será explicitar bem os pressupostos, mas sim questionar os pressupostos. Em uma palavra: não será partir de pressupostos, mas partir os pressupostos. E partir os pressupostos é rachá-los: é pensar e pesquisar para além e aquém do já pensado e do já pesquisado. Isto não significa uma apologia a um discurso que venha de uma “exterioridade selvagem” (FOUCAULT, 2011a, p.35), muito menos de que é possível dizer qualquer coisa, de qualquer forma, em qualquer ocasião. Trata-se não de uma ausência de regras para fazer a pesquisa, mas talvez de uma reinvenção das regras para fazer pesquisa. E, nesta reinvenção da pesquisa, não teremos de antemão estabelecido a linearidade constante de um fio-condutor, a iluminação panorâmica de todo um campo, a clarividência de um mapa detalhado de todos os percursos, percalços e perambulações que se colocam no caminho. Ao contrário, fazer uma pesquisa implica em reinventar um método a cada pesquisa, reinventar o pensamento em cada pesquisa e, inclusive, transformar a visão geral que temos do que é “a pesquisa” em cada nova pesquisa:

De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do

que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. (FOUCAULT, 2007, p.13).

## **A PESQUISA NÃO ESTÁ DE ANTEMÃO INSCRITA EM “ÁREAS”, MAS ELA PRODUZ NOVAS TERRITORIALIDADES**

Esta reinvenção da pesquisa não consiste, entretanto, em um ato isolado que singularize e abstraia a pesquisa de uma série de outras pesquisas com as quais está em possibilidade de constituir um laço. Ao contrário, a reinvenção das formas de fazer pesquisa está diretamente articulada à reinvenção das fronteiras, limites e configurações de um certo mapa dos saberes que usualmente temos em mente. É comum estudantes que, ao esboçarem um contato inicial com a leitura de Foucault, perguntarem a si mesmos e/ou a alguns outros: “este é um texto de Sociologia? De Psicologia? De Filosofia?”. Essas perguntas expressam a demanda em situar os saberes em unidades já formadas e já reconhecíveis: a Psicologia, a Filosofia, a Sociologia, etc. Muitas vezes admitimos que, para compreendermos melhor determinadas questões do campo da Psicologia, é preciso termos um conhecimento dos processos sociais, portanto de algo que seria objeto da Sociologia. Mas frequentemente preservamos a certeza de que “Psicologia é Psicologia e Sociologia é Sociologia”. Isso faz com que acionemos uma série de formas de filiação de textos, de autores e de teorias a essas unidades já reconhecidas do saber e/ou da ciência. Isto porque as supomos naturais, ou necessárias, ou estruturais – como se a estratificação do saber correspondesse à estratificação ontológica do real (às coisas psíquicas corresponde a Psicologia, às coisas biológicas corresponde a Biológica, às coisas sociais corresponde a Sociologia). Falamos, assim, nos “autores da área”, “textos da área” ou “clássicos da área”. Ora, mas se pensarmos com Michel Foucault, por que a recusa em proceder desta forma?

Uma das principais preocupações do pensamento foucaultiano desde seus primórdios (especialmente de 1954 a 1970) foi a questão do *saber*. De forma mais específica, das condições de possibilidade que tornaram efetivas a emergência de determinadas formas de saber: seus mecanismos de institucionalização, de diferenciação e de unificação. Nessa massa amorfa, caótica e difusa dos enunciados; neste jogo variável e flutuante das pesquisas; em toda essa multiplicidade unificada sob o signo do “conhecimento” – como encontrar aí algo que unifique alguns enunciados entre si? Como identificar o “campo da Psicologia”, o “campo da Economia Política”? E como diferenciá-

los definitivamente de outros? Portanto, a questão que importa para Foucault reside justamente na *formação* destas unidades de saber. Ora, é justamente porque se situa no ponto de vista da invenção destas unidades que Foucault não se instala em nenhuma daquelas. Precisamente por tomá-las como objeto, ele não pode tê-las como horizonte e objeto *ao mesmo tempo*. Em uma palavra: trata-se não de buscar a autenticação dos enunciados em um campo de saber que seria anterior aos enunciados – como, por exemplo, se houvesse uma Psicologia antes de toda e qualquer pesquisa psicológica. Trata-se, diferentemente, de saber como um conjunto de enunciados pôde ser capturado, organizado e traduzido como enunciados *pertencentes* a um campo de saber. É o que escreve Foucault (1997, p.29-30) em sua *Arqueologia do Saber*:

E eu mesmo, de minha parte, nada farei senão isso: certamente tomarei por marco inicial unidades inteiramente formadas (como a psicopatologia, ou a medicina, ou a economia política); *mas não me colocarei no interior dessas unidades duvidosas* para estudar-lhes as configurações internas ou as secretas contradições. (...) Aceitarei os conjuntos que a história me propõe apenas para questioná-los imediatamente; para desfazê-los e saber se podemos recompô-los legitimamente; para saber se não é possível reconstruir outros (*grifos meus*).

Isto não significa, entretanto, menosprezar a formação destas unidades de saber. Muito pelo contrário: trata-se justamente de bem compreendê-las a partir de uma compreensão de seus enunciados. Entretanto, trata-se também de ensaiar novas territorialidades para a pesquisa, novos campos de saber, novas formas de entendimento e compreensão, ou uma outra forma de agrupar os enunciados e definir esferas outras de cientificidade, ou de racionalidade, ou de ética, ou de estética. Se quisermos, portanto, definir a arqueologia como um método de pesquisa próprio da perspectiva foucaultiana, diríamos que a arqueologia é o estudo dos enunciados efetivos (e não dos “possíveis”) que constituem de forma provisória os campos do saber a partir de processos de identificação, unificação e diferenciação de suas formações discursivas. Segundo Foucault (1997), a arqueologia, ao questionar a continuidade e as unidades do saber, abriria um espaço de liberdade para a pesquisa: “uma vez suspensas essas formas imediatas de continuidade, todo um domínio encontra-se, de fato, liberado” (FOUCAULT, 1997, p.30).

Esta problemática diz respeito, ainda, às questões relacionadas à formação das disciplinas e, portanto, à interdisciplinaridade e à transdisciplinaridade. Gostaria de abrir nesse tópico um breve espaço para introduzir essa questão de suma importância para a pesquisa com Michel Foucault. N’A *Ordem do Discurso*, podemos ler a seguinte definição de *disciplina*:

Uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e definições, de técnicas e de instrumentos – tudo isso constitui uma espécie de sistema anônimo, à disposição de quem quer ou possa servir-se dele, sem que seu sentido ou validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor (FOUCAULT, 2011a, p.30).

Foucault (2011a) prossegue afirmando que nenhuma disciplina pretende esgotar a possibilidade de formulação de enunciados tidos como verdadeiros e que, portanto, é característica das disciplinas a possibilidade de construções de novos enunciados em seu interior. Entretanto, antes de um enunciado ser tido como verdadeiro ou falso, ele deve estar inserido num conjunto prévio de regras que definem a filiação dos enunciados à disciplina, em uma espécie de mapa anterior que pré-posiciona os discursos, em uma organização de procedimentos que traçam as possibilidades de dizer o verdadeiro, de dizer o que tem sentido, de dizer o inteligível, de dizer o significativo. Trata-se, em suma, do que Foucault chamou de *polícia discursiva*: um conjunto de regras que coagem a multiplicidade dos enunciados a uma organização hierárquica, institucionalizada e unificada do discurso. Assim, surge uma “área”. Surge um “setor de estudo”. Surge uma “unidade do saber”.

A interdisciplinaridade, apesar da aparência de rompimento com a lógica disciplinar, implica em um sistema de colaboração mútua entre as disciplinas. Em *Psicologia e Epistemologia*, Piaget (1978) situa a dimensão da interdisciplinaridade a partir de um determinado tipo de relação de *interdependência* entre as ciências. Com isso, procura evidenciar as complementariedades, as relações recíprocas e as reverberações que uma descoberta em um campo de saber provoca em outro. Em seu “Círculo das Ciências” aparecem situadas as relações mútuas, complementares e interdependentes entre Matemática, Física, Biologia e Psicologia. Aqui se apresenta uma rejeição a uma concepção evolutiva e progressiva das ciências,

bem como da noção de que existem ciências mais gerais e fundamentais e outras mais específicas e acessórias, tal como concebia Comte (1983) em sua Hierarquia das Ciências: *Matemática – Astronomia – Física – Química – Biologia – Sociologia*.

Diferentemente das formas anteriores de conceber as relações entre as disciplinas, uma concepção transdisciplinar recusará tanto a *hierarquia* quanto a *complementaridade* entre as ciências, entre as disciplinas, entre as unidades do saber. Da mesma forma, recusará qualquer pretensão de progressão e de totalização. O que caracteriza a transdisciplinaridade é, pois, uma *afetação das fronteiras que separam as unidades do saber*.

Uma vez lançadas algumas coordenadas para pensarmos as diferentes organizações (hierárquica, complementar e transversal) das disciplinas, visualizemos, a partir de um breve exemplo, o modo como uma perspectiva transdisciplinar e sob inspiração do pensamento foucaultiano pode ser agenciada e funciona na organização das territorialidades de uma pesquisa. Pensemos em uma pesquisa que tematize a literatura de autoajuda. Poderíamos afirmar que existem enunciados *econômicos* em jogo nesta pesquisa: pois a definição de termos como “sucesso”, “empreendedorismo”, “eficiência”, “proatividade” advém justamente de uma forma neoliberal de compreender as capacidades humanas e as habilidades interpessoais em suas formas capitalizáveis e, portanto, intercambiáveis. Poderíamos, também, pensar que enunciados *psicológicos* estão em jogo aí, pois a literatura de autoajuda procura efetuar modificações nos comportamentos, nas significações que a vida passa a adquirir, na relação que o sujeito trava consigo mesmo, em formas de autocontrole, autointerpretação, autogoverno, etc. Poderíamos, ainda, considerar que os enunciados principais são de ordem *sociológica*, já que as habilidades e as formas de vida que são positivadas na literatura de autoajuda advém de caracteres que são valorados, incitados e construídos por uma dada configuração social. Por fim, seria possível falar numa primazia de enunciados *educativos*, já que a literatura de autoajuda ensina, conduz, guia (ou “medeia”) seus leitores para alcançarem conhecimentos, habilidades ou valores que, acredita-se, possuem um valor pessoal e social benéfico.

Este breve exemplo ilustra, pois, não somente a pluralidade de campos de saber envolvidos em uma pesquisa como esta, mas principalmente a impossibilidade de discernir, de uma vez por todas e de forma *a priori*, onde começa a Economia, até onde vai a Psicologia, em que medida entra a Educação e qual o status da Sociologia. A necessidade de filiar estes

enunciados a cada um destes campos, de mostrar até onde vai um e começa o outro, de citar os clássicos da área que “fundamentam” tal e tal compreensão (mesmo que eles pouco digam sobre a temática da pesquisa); e a exigência, por fim, de dizer se esta pesquisa é em sua essência ou fundamento uma pesquisa econômica, psicológica, sociológica ou educativa – todos esses imperativos não seriam formas de obstacularizar o andamento da pesquisa? A pesquisa não seria mais livre, mais solta e, portanto, capaz de pesquisar mais, ou de pesquisar melhor, ou de pesquisar de forma mais fina, sutil e complexa caso esteja inscrita nesse espaço arqueológico liberado das exigências de fundamentação, de autenticação e de filiação às grandes unidades (já) reconhecidas do saber?

### **A PESQUISA DEVE ROMPER COM A FORMA-PESQUISA**

Desconhecer o objeto da pesquisa, partir os pressupostos e partir para novas formas de pensar, de conhecer e pesquisar e mover-se no sentido de constituir novos campos e territórios do saber implica, ainda, em romper com aquilo que chamo de *forma-pesquisa*. Caso queiramos pesquisar movidos por uma inspiração foucaultiana, é necessário que estejamos atentos à contingência de nossos atuais modelos de formatação, de metodologia e de normalização; que estejamos cientes de sua arbitrariedade; e, ainda, que percebamos os tipos de coerção que essas regras exercem sobre o discurso. Esses mecanismos burocrático-metodológicos consistem em de formas de vigiar o discurso e de regulá-lo; de mostrar os caminhos por onde ele deve seguir, os movimentos que ele pode fazer, os enunciados que ele pode emitir, a sequência (muitas vezes enfadonha e previsível) a qual deve adequar-se e afinar-se; de traçar o limite entre o pensável e o impensável, o dizível e o indizível, o pesquisável e o não-pesquisável, o inteligível e o não-inteligível – e, por fim, entre o científico e o não-científico.

Mas esta forma-pesquisa, em sua repetição manualesca, em sua enfadonha e previsível sequência “*Introdução – Objetivos – Metodologia – Resultados – Conclusão – Referências Bibliográficas*”, não cumpre justamente a função de proteger a pesquisa de si mesma? De proteger a pesquisa daquilo que ela pesquisa? De salvaguardar uma forma, uma identidade, uma constância, uma armadura na qual ela possa se reconhecer mesmo no encontro com os mais inusitados objetos, com as mais diferentes realidades, com as mais diversas situações e contextos? Este é um ponto explicitado por Benevides (2004), quando aponta para a necessidade livrar a pesquisa da

forma-pesquisa, uma vez que forma-pesquisa protege e, ao mesmo tempo, aprisiona e despotencializa a pesquisa.

Muitas vezes ocorre que a pesquisa existe unicamente para produzir uma nova mercadoria chamada “pesquisa”: trata-se da autorreferencialidade de todo um movimento acadêmico, intelectual e universitário, cujo formalismo constitui estratégia para que a pesquisa não saia de si mesma. Assim, a pesquisa encontra-se protegida pela forma *pesquisa* – justificativa, introdução, metodologia, objetivos, referências bibliográficas: trata-se de uma poderosa ferramenta para impedir que a pesquisa saia da *pesquisa* (BENEVIDES, 2014, p.98).

Ora, mas o quanto de nossa preguiça, de nossa comodidade e de nosso medo não encontram nessas repetições, mesmices e formalismos um assento calmo e seguro para fornecer o nobre status de “pesquisador”? Quanto elas permitem um dizer-nada de maneira elegante, concisa e conforme? Quanto elas legitimam a paralisia do pensamento e a esclerose do saber? E, por outro lado, quão mais refinados tornar-se-iam nossos instrumentos de pesquisa se eles não tivessem que se submeter aos pincéis grossos das regras metodológicas da pesquisa, dos manuais de normalização, do esqueleto gelado do texto acadêmico? Quão mais livres, potentes e inventivas poderiam ser nossas pesquisas caso pudessem respirar e caminhar de forma mais autônoma em seu percurso? Quão disruptivos, subversivos e produtores de diferenças poderiam ser nossos pretextos para pesquisa, nossos textos de pesquisa, nossos contextos produzidos e produtores da pesquisa caso pudessem se colocar à margem de um poder centralizador das ciências, das técnicas e das normalizações de todos os dias?

O que está em jogo, pois, nesse rompimento da pesquisa com a forma-pesquisa é algo de natureza fundamentalmente política. A pesquisa feita à margem da forma-pesquisa, em autonomia em relação à forma pesquisa e, no limite, contra a forma-pesquisa frequentemente está em vias de se insurgir não somente contra regras metodológicas, mas de se insurgir contra os saberes instituídos, legitimados e tomados como verdadeiros. A insurreição das formas de reinvenção da pesquisa é, também, uma forma de resistir aos efeitos centralizadores das ciências. Na primeira aula do curso *Em defesa da sociedade*, Foucault (2010a), ao caracterizar e nomear o conjunto de seus trabalhos, estudos e pesquisas como *genealogia*, salienta: “as genealogias são, muito precisamente, anticiências” (p. 10). Mas isso num aspecto muito

específico: as genealogias – e, acrescentamos, as pesquisas que rompem com a forma-pesquisa – combatem as ciências não em seus fundamentos, não em nome de uma verdade mais verdadeira, não em nome de uma precisão mais precisa, de uma exatidão mais exata, de um fundamento mais fundamentado. As genealogias combatem o efeito de centralização dos discursos e práticas científicos: suas exclusividades, os privilégios de suas enunciações, a soberania de suas compreensões.

Trata-se, na verdade, de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretende filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns. (...) Que tipos de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem ser esse saber uma ciência? Qual sujeito falante, qual sujeito discorrente, qual sujeito de experiência vocês querem minimizar quando dizem: “eu, que faço esse discurso, faço um discurso científico e sou cientista”? Qual vanguarda teórico-política vocês querem entronizar, para destacá-las de todas as formas maciças, circulantes e descontínuas do saber? (FOUCAULT, 2010a, p.10 e 11).

## **A PESQUISA NÃO DESCOBRE A VERDADE E A REALIDADE, MAS INVENTA VERDADES E REALIDADES**

Esta assunção derradeira não será compreendida caso apareça como qualquer tipo de apologia desconstrutivista. Esta chamada “apologia desconstrutivista”, aliás, ganha boa parte de sua existência nas palavras caricatas, apressadas e impacientes daqueles que estão ávidos por “propor” (o que quer que seja), mas também na fantasia totalizante – ao mesmo tempo fatalista e prometeísta, ao mesmo tempo vitimizante e empoderadora – daqueles que querem ver com seus olhos, pegar com suas mãos e atribuir à sua iniciativa o retorno de suas próprias propostas “propositivas” e profícuas. Assim se alimenta boa parte da crítica a todo um pensamento intitulado por alguns outros de “pós-modernista” (ou “pós-estruturalista”, ou “pós-crítico”): a acusação de um desconstrutivismo teórico, político, ético e prático. Gostaria de argumentar, por fim, pela impertinência em situar o pensamento foucaultiano sob qualquer signo semelhante a um desconstrutivismo, a um niilismo, a um relativismo ou a um qualquercoisismo, onde tudo vale porque nada vale. Entretanto, isto não impedirá de sustentar aquilo que, neste trabalho, gostaria de trazer como o derradeiro dos princípios metodológicos para a pesquisa com

Michel Foucault: *a pesquisa não descobre a verdade e a realidade, mas inventa verdades e realidades.*

Em *O dispositivo da verdade: uma análise a partir do pensamento de Michel Foucault*, Benevides (2013) indica a importância da problemática da verdade no decorrer de toda a trajetória do autor. Para as finalidades que importam a este trabalho, dizer que a pesquisa não encontra a verdade sobre as coisas significa dizer que ela não poderá dar uma resposta derradeira sobre o que são as coisas mesmas, o que são as coisas de fato, ou o que são as coisas na realidade. É comum, em nossas ambições de pesquisa, colocarmos e/ou tentarmos resolver questões do tipo: “o que é *mesmo* a inclusão social?”, “o que é *mesmo* a democracia?”, “o que é *mesmo* a saúde pública?”, “o que é *mesmo* a cidadania?” e assim por diante. Nas palavras de Veiga-Neto (2010, p.11), trata-se de recusar a posição daqueles que “julgam-se os porta-vozes das verdades verdadeiramente verdadeiras”. Isto porque, muito embora seja frequentemente admitido por boa parte dos pesquisadores pertencentes aos mais diversos campos das Ciências Humanas que não existem “verdades absolutas”, essa admissão facilmente é esquecida quando o que está em jogo é conferir legitimidade à pesquisa. Então, definimos como *verdades verdadeiramente verdadeiras* noções como “inclusão social”, “democracia”, “saúde pública”, “cidadania” – e tantas outras! – como se nossa pesquisa tivesse, enfim, fornecido os subsídios adequados ou suficientes para dizer o que estas noções realmente significam. Ora, se efetivamente levarmos a cabo boa parte do que já foi dito sobre o caráter múltiplo, perspectivo e agonístico do saber e da pesquisa, compreenderemos que não é possível demarcar em definitivo o significado de noções que, muitas vezes, se apresentam como tão controversas e ambíguas. Da mesma forma, não podemos “empurrar” a verdade mesma das coisas para os pressupostos: se a pesquisa não encontra a significação derradeira, definitiva e essencial, da mesma forma os pressupostos não guardam neles mesmos esse núcleo essencial e verdadeiro das palavras e das coisas.

Neste sentido, a pesquisa que pesquisa (e, aqui, peço perdão pelo necessário e aparente pleonasma) não é aquela que encontra a síntese, a essência ou o sentido verdadeiro de seu objeto. Pelo contrário: a pesquisa que pesquisa será aquela que acompanha a multiplicidade de significações, a complexidade das relações e mesmo a ambivalência (que alguns preferem chamar de “contradição”) que está presente naquilo que se apresenta à pesquisa – e que chamamos de “objeto”. Eis aqui a diferença entre *rigor* e *rigidez*: uma pesquisa rigorosa é aquela que respeita e acompanha o

movimento do real e, justamente por isso, não pode ser rígida. Ao contrário, é justamente a dificuldade em ser rigoroso que, por diversas vezes, conduz à rigidez como o caminho mais fácil.

Assim, é importante salientar que o objeto da pesquisa não é um dado da realidade e nem é algo que já está aí passeando pelo mundo à espera de ser descoberto, estudado ou pesquisado. Os objetos não se abrem naturalmente ao nosso conhecimento: “não é natural à natureza ser conhecida” (FOUCAULT, 2011b, p. 18). Isto justamente porque não há “uma cumplicidade primeira com o mundo [que] fundaria para nós a possibilidade de falar dele, nele; de designá-lo e nomeá-lo, de julgá-lo e conhecê-lo, finalmente, sob a forma da verdade” (Foucault, 2011a, p. 48). Assim, o objeto de pesquisa há que ser ativamente construído por aquele que pesquisa – o que quer dizer, também, que os problemas de pesquisa não são *consensualmente* considerados como problemas. A pesquisa, portanto, constrói não somente seus objetos e seus problemas, mas todo um campo de realidade e imanência somente nos quais um problema pode aparecer enquanto problema (DELEUZE, 2011, 2009). À impossibilidade epistemológica de um reconhecimento consensual do que se apresenta como objeto corresponderá, em termos políticos, à impossibilidade de identificação de problemas ou problemáticas universais.

Por essa via, chegamos a um dos pontos de maior importância para aqueles que desejam empreender suas pesquisas sob inspiração do pensamento foucaultiano: a verdade (e a realidade) não é nem aquilo contra a qual a pesquisa se choca e nem aquilo que a pesquisa deve identificar de forma definitiva. Não há uma verdade ou realidade que seja *anterior* às nossas tentativas de defini-las, de encontrá-las ou de conhecê-las. E isso quer dizer: a verdade e a realidade são produzidas na imanência de nossa pesquisa (o que não implica em uma ausência de regras para delimitar o que vai contar como “verdade” ou como “realidade”). De forma semelhante, não há uma verdade ou realidade que seja *posterior*, como uma espécie de finalidade da pesquisa (descobrir a verdade, ou a realidade), ou como algo semelhante a um horizonte necessário ao funcionamento da pesquisa (como se, para pesquisarmos, precisássemos pressupor que nossa pesquisa pretende encontrar a verdade ou que se faz sob uma realidade que ela pretende desvelar). Segundo essas perspectivas que colocam verdade e realidade fora da pesquisa – seja por situá-las antes, seja por projetá-las depois da pesquisa –, *verdade e realidade são justamente aquilo que fecha a questão*. É isso quer dizer: nós questionamos, pesquisamos e buscamos saber somente até encontrarmos a verdade ou a realidade; depois disso, entretanto, não faz mais sentido nenhuma questão,

nenhuma busca, nenhuma pesquisa. Mas significa também: nós questionamos, pesquisamos e buscamos saber tendo em vista já termos decidido de antemão que queremos a verdade e/ou que pesquisamos n“a” realidade e pressupondo que existe “a” realidade. Ora, mas a partir da perspectiva foucaultiana o que ocorre é precisamente o contrário: a verdade e a realidade consistem justamente na abertura da questão.

Talvez o ponto de vista do porqueiro [personagem do poema de Juan de Mairena que questiona a crença de que “a verdade é a verdade” independente de quem diga] nos esteja indicando que a realidade não é outra coisa que o assunto da discussão; ou que a realidade é a questão, isto é, “o que está em questão”; ou que a realidade é o problema, isto é, o que é problemático e pode ser problematizado. (...) E se a realidade não é a realidade, mas a questão; se a verdade não é a verdade, mas o problema; se perdemos o sentido da verdade e se, como o porqueiro, desconfiamos da verdade, teremos, talvez, que aprender a viver de outro modo, a pensar de outro modo, a falar de outro modo e a ensinar de outro modo (LARROSA, 2013, p.164-165).

Em síntese: a realidade e a verdade são produzidas por relações de saber e relações de poder. A pesquisa, ao apontar o que é real ou o que é verdadeiro, não é meramente *descritiva*, mas sim *construtiva*. Assim, não faz sentido considerar a perspectiva foucaultiana como desconstrutivista: se há desconstrução na análise foucaultiana, é justamente uma desconstrução dessa ideia de que existe alguma coisa que não seja construída, inventada ou produzida nas e pelas relações de saber/poder. A pesquisa deve, portanto, desconstruir somente as coisas que se apresentam como não-construídas – como sempre existentes, ou imutáveis, ou próprias da essência do ser humano, do mundo, da “psique”, da vida em sociedade etc. Portanto, deve desconstruir somente tudo aquilo que é tido como essencial, imutável ou fundamental; tudo o que é considerado como próprio da natureza, da estrutura ou da condição humana; tudo o que é acreditado como universal, como necessário ou como atemporal: “no que nos é apresentado como universal, necessário, obrigatório, qual a parte do que é singular, contingente e fruto de imposições arbitrárias?” (FOUCAULT, 2008, p. 347).

*Desconstruir* não significa *destruir*. Significa tão somente voltar-se contra um tipo de construção muito particular, muito contingente e muito específica. Trata-se das construções que dizem que “A Razão” faz parte da definição de homem, que dizem que “A Ética” ou “A Moral” podem alcançar valores absolutos e independente das singularidades, que entendem que existe

“A Verdade” de forma independente das crenças e das certezas, que afirmam que “A Sexualidade” é e sempre foi constitutiva dos seres humanos. “A Razão”, “A Ética”, “A Verdade”, “A Sexualidade” são, nessas perspectivas, tomadas como coisas que acreditamos nunca terem nascido e, portanto, como coisas que nunca morrerão. Pesquisar com Foucault será, portanto, pesquisar sobre os nascimentos e as genealogias (muitas vezes das coisas que acreditamos que sempre existiram); e, da mesma forma, será admitir e por vezes prenunciar as mortes e as mudanças (muitas vezes das coisas que acreditamos que nunca morrerão ou nunca mudarão). Se há aí algum traço “desconstrutivista”, ele deverá estar em função não de um *destruicionismo*, mas sim de um *multiconstrutivismo*. Pois não será sob a sombra sombria do negativo que a diferença atravessará o pensamento, a ação e a pesquisa; que a diferença misturará o pensamento, a ação e a pesquisa; que a diferença pesquisarará pensando, pensará agindo e agirá pesquisando.

A diferença é leve, aérea, afirmativa. Afirmar não é carregar, mas, ao contrário, descarregar, aliviar. Já não é o negativo que produz o fantasma da afirmação. (...) O negativo é o epifenômeno. A negação é o efeito de uma afirmação muito forte, muito diferente. E talvez sejam necessárias duas afirmações para produzir a sombra da negação como *nachfolge*; talvez haja dois momentos, que são a Diferença como meia-noite e meio-dia, onde a própria sombra [da negação] desaparece. (Deleuze, 2009, p.91)

## REFERÊNCIAS

BENEVIDES, P. Fazer escola e fazer pesquisa: interrogações sobre uma experiência educativa no Rio de Janeiro. In: KOHAN, Walter et al. (Orgs.). **Encontrar escola: o ato educativo e a experiência da pesquisa em educação**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014. p. 93-100.

BENEVIDES, P. **O dispositivo da verdade**. 2013. 510 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2013.

COMTE, A. **Discurso sobre o espírito positivo**. Tradução de José Arthur Giannotti. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DELEUZE, G. **Diferença e Repetição**. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, M. É importante pensar? In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos – Vol. VI**. Tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. 1ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, 389.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 21ª edição. São Paulo: Loyola Jesuítas, 2011a.

FOUCAULT, M. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Tradução de Roberto Machado e Eduardo Morais. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nau, 2011b.

FOUCAULT, M. **Do Governo dos Vivos**. Tradução de Nildo Avelino. 2ª edição. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, M. O que são as luzes? In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos – Vol. II**. Tradução de Elisa Monteiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **O Uso dos Prazeres**. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 12ª edição. São Paulo: Graal, 2007.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 5ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária 1997.

GROS, F. **Foucault: a coragem da verdade**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola editoria, 2004.

KOHAN, W. Apontamentos filosóficos para uma (nova) política e uma (também nova) educação da infância. IN: Reunião ANPED, 27, 2004, Caxambu/MG. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPED, 2004. Disponível em [www.anped.org.br/27ra.htm](http://www.anped.org.br/27ra.htm)

LARROSA, J. **Pedagogia Profana**. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. 5ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LARROSA, J. Tecnologias do Eu e Educação. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, Tomaz (Org.). **O sujeito da Educação: Estudos Foucaultianos**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002. p.35-86.

NIETZSCHE, F. Sobre a Verdade e a Mentira no sentido Extramoral. Em: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1987.

PIAGET, J. **Psicologia e Epistemologia**. Tradução de Agnes Cretella. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

VEIGA-NETO, A. A facilidade de se fazer algo difícil – ou, se quisermos – a dificuldade de se fazer algo fácil. In: FOUCAULT, Michel. **Do Governo dos Vivos**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

*Recebido em novembro de 2015*  
*Aprovado em fevereiro de 2016*